

Finanças

Dívida pública recua 1,6% em janeiro e participação de fundações cresce

Eduardo Campos e
Cristiane Bonfanti
De Brasília

A Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) começou o ano com queda mensal de 1,6%, somando R\$ 2,938 trilhões no fim de janeiro. A retração é reflexo do vencimento de R\$ 154 bilhões em títulos, equivalentes a 30% de todo o volume previsto para expirar neste ano. Esse montante teve impacto no quadro dos principais detentores da dívida, com as instituições de previdência consolidando posição como maiores financiadores do Tesouro Nacional, tomando lugar que historicamente pertenceu aos bancos.

As instituições de previdência encerraram janeiro respondendo por 25,58% da dívida interna — novo recorde — ou R\$ 751 bilhões, avançando de 25% de dezembro. Os bancos recuaram de 23% para 21,3%, ou R\$ 625,77 bilhões. Foi a menor participação desse grupo desde o começo da série em 2007, quando os bancos respondiam por cerca de 40% da dívida.

Do total que venceu no mês, 97% foram em títulos prefixados (LTN) que estavam na carteira dos bancos. A participação das instituições financeiras também ficou abaixo da dos fundos de investimento, com 23,23%, ou R\$ 682 bilhões.

Segundo o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Leandro Secunho, essa mudança no quadro de detentores reflete o maior amadurecimento do mercado, com o Tesouro passando a vender cada vez mais títulos para os detentores finais. Em mercados menos desenvolvidos, os bancos têm participação maior, pois são os principais intermediadores de títulos. "A menor participação relativa dos bancos e a maior das instituições de previdência são uma mudança estrutural", afirmou.

Ainda de acordo com Secunho, um fator regulatório também tem influência nessa mudança. Em 2013, foi limitada a participação dos investimentos das entidades de previdência em operações compromissadas e títulos de curto prazo. O período de adaptação para o alongamento das carteiras foi até o começo de 2016. "As instituições de previdência precisam alargar a carteira e isso tem se verificado agora", explicou, lembrando que 43% da carteira desses investidores tem prazo superior a cinco anos, o que é positivo em termos de gestão.

Para ele, a possível reforma da Previdência deve ter reflexo na participação das instituições de previdência e também é esperado um aumento do Tesouro Direto, que permite ao pequeno investidor a compra e a venda de títulos pela internet. "A expectativa

é que tenha maior busca por previdência aberta e fechada. É positivo e teve reflexo [no grupo de detentores] e também no Tesouro Direto, que é instrumento adequado para a poupança previdenciária", disse.

Ainda entre os detentores, a participação dos investidores estrangeiros voltou a cair em parte, também, pelo vencimento de LTN. Esse foi o primeiro vencimento dos papéis de dez anos colocados em 2007. A fatia dos não residentes recuou de 14,33% em dezembro para 14,22% em janeiro, ou R\$ 417 bilhões. Esse é o menor valor absoluto desde dezembro de 2014. No ano passado, a participação do não residente recuou em R\$ 70 bilhões, marcando a primeira queda anual da série histórica iniciada em 2007.

Para fevereiro, a expectativa é de emissão líquida de títulos. Assim, disse Secunho, deve ocorrer recomposição da carteira de todos os grupos de detentores. O coordenador voltou a falar da estratégia de gestão deste ano, que prevê resgate líquido de títulos prefixados e emissão líquida de ativos atrelados à Selic (LFT). Secunho explicou que esse movimento não é "pior", mas sim desalinhado com a estratégia de longo prazo de aumentar a participação de ativos prefixados.

A estratégia busca uma melhor relação entre perfil e custo, já que a rolagem de dívida com prefixados poderia superar o gasto com maior emissão de LFT.

"O que temos de olhar em relação à composição é que há um grande volume de títulos prefixados vencendo em 2017 e a expectativa é que essa parcela caia", disse. O vencimento de prefixados no ano está em R\$ 297 bilhões, enquanto o de LFT é de R\$ 49 bilhões.

Os ativos indexados à Selic fecharam janeiro em 29,66% da Dívida Pública Federal (DPF), de R\$ 3,053 trilhões. O Plano Anual de Financiamento (PAF) estipula uma banda entre 29% a 33%. Os ativos prefixados fecharam janeiro em 33,37%, e os atrelados a índices de preço, em 33,08%.

Janeiro também teve um expressivo vencimento de dívida externa, de US\$ 2 bilhões. Secunho observou que o Tesouro não precisou ir a mercado comprar dólares para fazer frente a esses pagamentos no exterior.

Com inflação e Selic em queda, o custo do estoque da dívida e das colocações em mercado segue recuando. O custo médio do estoque da dívida interna caiu de 13% ao ano em dezembro para 12,7% em janeiro. Em janeiro de 2016, estava em 14,35%. Já o custo médio das emissões em oferta pública recuou 0,30 ponto percentual, para 13,42% ao ano em janeiro.

Estratégia Na AL, devem ser sondados países como Argentina e Chile

Banco dos Brics define critério para atrair novos membros

Assis Moreira
De Genebra

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), o banco dos Brics, quer definir nesta semana critérios para atrair novos membros, com capacidade de aumentar o capital da instituição. O Valor apurou que o foco é em países de pelo menos renda média que tenham uma nota de crédito razoável, para não dificultar a obtenção da nota internacional do próprio banco. Sob o termo "Brics" está agrupado os países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Espera-se participação gradual e equilíbrio geográfico, com países da América Latina, da Ásia, da Europa e da África. Na América Latina, a expectativa é que sejam prospectados inicialmente Argentina, Chile, Colômbia e Peru.

O montante integralizado pelos cinco sócios fundadores — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — é de US\$ 10 bilhões em sete anos. O capital autorizado é de US\$ 100 bilhões.

Conforme fontes a par do assunto, pelas limitações impostas pelas regras do banco, um aumento de capital com novos sócios poderia trazer no máximo US\$ 8,2 bilhões. O montante pode crescer se os membros fundadores dos Brics resolverem aumentar rapidamente o capital do banco.

A reunião nesta semana em Xangai, sede do banco, terá representantes enviados pelos governos dos cinco sócios fundadores. Uma decisão formal sobre os critérios de entrada de novos membros será tomada pelo conselho de administração, formado pelos ministros

de Finanças dos cinco países emergentes, no fim de março, em Nova Délhi, na Índia.

O banco começou a operar no fim de 2015, com o objetivo de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos Brics e em países em desenvolvimento de um modo geral.

O plano do banco é emprestar US\$ 2,5 bilhões neste ano. O presidente da instituição, o indiano K.V. Kamath, recentemente previu que os empréstimos vão dobrar a cada ano, nos próximos três anos. O número de funcionários, cerca de 150 atualmente, deve alcançar 400 em dois a cinco anos.

A expansão do número de sócios do Novo Banco de Desenvolvimento coincide com proposta da Rússia para, por sua vez, haver ampliação do próprio grupo dos Brics e, assim, reforçar uma

aliança de emergentes. O ministro russo das Relações Exteriores, Sergey Lavrov, levou a ideia ao ministro brasileiro José Serra, à margem do G-20, na semana passada, em Bonn, na Alemanha. Argentina, Indonésia e Malásia estariam entre os países que se juntariam ao Brics ampliado, sem no começo serem sócios, mas participando ativamente, segundo o plano de Moscou.

A Argentina, de fato, desde 2014 se mobiliza para tentar entrar para o grupo dos Brics. O Brasil, no entanto, nunca se mostrou favorável à expansão do grupo. Os argentinos passaram então a tentar convencer China e Rússia. Mas certas fontes indagam até que ponto hoje o governo argentino estaria interessado em atuar no grupo, sem porém ser sócio integral, pelo menos no começo.




AVISO AO MERCADO

Distribuição Pública de Cotas da 1ª (Primeira) Emissão do JPP CAPITAL VALUE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

CNPJ/MF nº 26.091.636/0001-80

Administração

CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gomes de Carvalho, nº 1.195, 4º andar, Bela Vista, São Paulo - SP
CNPJ/MF nº 02.671.743/0001-19

Gestão

JPP CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.
Avenida Paulista, nº 287, 6º andar, São Paulo - SP
CNPJ nº 13.516.035/0001-20

no montante total de até

R\$50.000.000,00

(cinquenta milhões de reais)

CÓDIGO ISIN: BRJPPVCTF001
CÓDIGO BM&FBOVESPA: JPPV11

CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1195, 4º andar, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.671.743/0001-19, na qualidade de instituição administradora e coordenadora líder da oferta pública de 1ª emissão de cotas ("Administradora" e "Oferta") do JPP CAPITAL VALUE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 26.091.636/0001-80 ("Fundo"), e JPP CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.516.035/0001-20, na qualidade de gestora do Fundo ("Gestora"), vêm, por meio do presente, informar ao mercado, conforme previsto constante no Prospecto Definitivo da Oferta, cujos termos foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que a data limite para que os investidores aceitem as condições da Oferta e firmem os Boletins de Subscrição ("Data Limite para Aceitação da Oferta") foi prorrogada para 28 de março de 2017.

O investidor deve acessar a página eletrônica da CVM. A seguir, deve selecionar "Acesso Rápido" e "Informações de Regulados - Fundos Investimento" e escolher "Consulta a Informações de Fundos" e "Fundos de Investimento Registrados". Então, deve digitar o nome do Fundo e o código de verificação que aparecerá na tela e clicar em "Proseguir". Na tela seguinte, em que aparecerão as informações do Fundo, o investidor deve acessar "Documentos Eventuais" e escolher "Prospecto" ou qualquer outro documento disponível em "Tipo de Documento" e, por fim, clicar em "exibir".

3. DECLARAÇÕES

A OFERTA FOI REGISTRADA NA CVM EM 27 DE JANEIRO DE 2017, SOB O Nº CVM/SRE/RFI/2017/004, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 472 E DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400.

O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS COTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

AS INFORMAÇÕES DESTA AVISO AO MERCADO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO E COM O PROSPECTO, MAS NÃO OS SUBSTITUI E RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DO PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS DISPOSIÇÕES QUE TRATAM DO OBJETIVO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO E DA SEÇÃO "FATORES DE RISCO".

CONFORME DISPOSTO NO PROSPECTO, A PRORROGAÇÃO DA DATA PARA ACEITAÇÃO DA OFERTA, DESDE QUE REALIZADA UMA ÚNICA VEZ, NÃO IMPLICA EM MODIFICAÇÃO DA OFERTA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400, RESPEITADO O PRAZO MÁXIMO DA OFERTA, QUE É DE ATÉ 6 (SEIS) MESES A CONTAR DA DIVULGAÇÃO DO ANÚNCIO DE INÍCIO.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DA GESTORA, DO DISTRIBUIDOR OU DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO, OU AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA OU DA COORDENADORA LÍDER DE QUE O OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

LEIA O REGULAMENTO DO FUNDO E O PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO "FATORES DE RISCO".

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas (1)
1.	Protocolo do pedido de registro da oferta na CVM e na BM&FBOVESPA	29.09.2016
2.	Divulgação do Prospecto Preliminar e Aviso ao Mercado	29.09.2016
3.	Início das apresentações a potenciais investidores e coleta de intenções de investimento	30.09.2016
4.	Obtenção do registro da Oferta	27.01.2017
5.	Disponibilização do Prospecto Definitivo e Divulgação do Anúncio de Início	27.01.2017
6.	Início do prazo para aceitação da Oferta	03.02.2017
7.	Data Limite Para Aceitação da Oferta(2)	28.03.2017
8.	Data de Liquidação da Oferta(2)	29.03.2017
9.	Data máxima para Divulgação do Anúncio de Encerramento	27.07.2017

(1) Todas as datas estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações, de acordo com a regulamentação da CVM.

(2) O Gestor e o Administrador prorrogaram a Data Limite para Aceitação da Oferta e a Data de Liquidação da Oferta, conforme Aviso ao Mercado divulgado em 21 de fevereiro de 2017.

2. ACESSO AOS DOCUMENTOS DA OFERTA

Abaixo os endereços físicos e eletrônicos em que os documentos relativos à Oferta disponibilizados podem ser acessados pelos investidores, incluindo o Prospecto Definitivo contendo o cronograma atualizado:

CM CAPITAL MARKETS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Rua Gomes de Carvalho, nº 1.195, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04547-004, São Paulo - SP
Telefone: (11) 3842-1122
E-mail: fundos@cmcapitalmarkets.com.br
Website: <http://www.cmcapitalmarkets.com.br/AdmFiduciaria/FundosCaptacao.html>

O investidor poderá ter acesso ao Regulamento e demais documentos da Oferta ao selecionar, respectivamente, os itens "Regulamento" ou "Documentos", à frente do nome do Fundo.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Centro, CEP 20050-901, Rio de Janeiro - RJ
Rua Cinquento Biagi, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, Edifício Delta Plaza, Bela Vista, CEP 01333-010, São Paulo - SP
Website: www.cvm.gov.br

COORDENADOR LÍDER/ADMINISTRADOR



CUSTÓDIA/ESCRITURAÇÃO



Finaxis Corretora de Títulos e Valores Mobiliários SA

GESTOR



ASSESSORIA JURÍDICA

CEPEDA, GREGO & BANDEIRA DE MELLO
ADVOGADOS

INSTITUIÇÕES CONTRATADAS




















Secunho: reforma da Previdência terá reflexo entre detentores da dívida